



LEITURA, ESCRITA E LETRAMENTO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO 1 – O QUE É LETRAMENTO E O QUE É ALFABETIZAÇÃO	3
CAPÍTULO 2 – POR QUE SURTIU A PALAVRA LETRAMENTO?	7
CAPÍTULO 3 – COMO A ESCOLA LIDA COM O CONTEXTO SOCIAL.....	10
CAPÍTULO 4 – PROCESSOS EDUCACIONAIS.....	14
CAPÍTULO 5 – TEORIAS DE ALFABETIZAÇÃO E DE LETRAMENTO.....	21
CAPÍTULO 6 – PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	25
CAPÍTULO 7 – PRINCÍPIOS E PROCESSOS DO LETRAMENTO.....	30
CAPÍTULO 8 – OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO	32
CAPÍTULO 9 – DICAS DE COMO DIFERENCIAR O ALFABETIZADO DO LETRADO	35
CAPÍTULO 10 – CONDIÇÕES PARA O LETRAMENTO	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
BIBLIOGRAFIA	41

INTRODUÇÃO

Um dos principais problemas da educação atual é a questão do analfabetismo funcional, da inabilidade que muitos estudantes têm em compreender e depreender significados do que leem, de produzir argumentação a partir disso, de produzir conteúdo significativo fundamentado em sua base de leitura. Esse problema e outros serão abordados nesse estudo que iniciamos agora.

Primeiramente, iremos explicar a diferença entre a alfabetização e o letramento, o que vai elucidar sobre a questão do analfabetismo funcional, que é resultado de um problema relacionado a esses conceitos. Em seguida, iremos nos aprofundar no letramento propriamente dito, sobre as dificuldades de alcançá-lo no processo de alfabetização e como a escola está abordando essa questão.

Podemos dizer que a escola, para conseguir preparar os alunos para a compreensão do texto, precisa também preparar esse aluno para lidar com sua realidade e com seu contexto social. A aprendizagem, nesse sentido, precisa ser significativa, gerar aplicabilidade e ter uma relação com o meio em que o aluno vive. Assim, iremos descrever práticas didáticas que usam uma pedagogia mais ativa na sala de aula, ajudando o aluno a entender melhor seu aprendizado.

A nova geração de alunos que a escola recebe, além de trazer uma diversidade muito grande ao cotidiano da mesma, oferecendo muitas oportunidades de trabalho, também traz muitas dificuldades, já que a escola ainda segue um modelo tradicional de ensino, que não conquista e não consegue atender a esse público. Discutiremos aqui, portanto, essa situação e como a escola está aprendendo com essa nova geração a ensinar de forma mais atualizada e mais efetiva.

Um dos aspectos mais importantes do novo contexto educacional é a forma como os alunos lidam com os livros. O mercado editorial tem produzido muitos títulos para crianças e adolescentes, que têm se mostrado bastante interessados em certos temas, certos gêneros literários e certos autores. Isso produziu um crescimento da procura por livros e deve ser aproveitado para se incentivar o hábito da leitura desde muito cedo entre as crianças.

Ao adquirir o gosto pelos livros, ao se criar o hábito de ler, o estudante se tornará mais acessível para que a escola o torne alguém letrado, que compreende o conteúdo, que sabe aplicá-lo, que sabe produzir textos a partir do que lê. Assim, o problema do analfabetismo pode ser extinto em algumas décadas no Brasil.

CAPÍTULO 1 – O QUE É LETRAMENTO E O QUE É ALFABETIZAÇÃO

Ser alfabetizado pode ser simplesmente saber decodificar letras e números, mas ser letrado é compreender a mensagem passada pelo texto, é entender seu conteúdo. Para adquirir a funcionalidade da língua não basta que o indivíduo consiga reconhecer letras, palavras e números, que consiga ler frases, orações e textos. Embora muitos consigam essa leitura, não conseguem entender o que estão lendo, não conseguem interpretar um texto: são *analfabetos funcionais*. Essas pessoas não conseguem depreender o significado da leitura e não conseguem aplicar os conhecimentos matemáticos.

Pesquisa feita pelo *Instituto Pró-Livro* mostrou que 50% dos entrevistados não entendem o que leem nos livros e por isso não compram os mesmos. Outra pesquisa, feita pelo *Instituto Paulo Montenegro e pela Ação Educativa*, mostrou que poucos entrevistados têm domínio pleno da leitura (*Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/analfabetismo-funcional.htm>*).

Isso significa que, embora há 30 anos o ensino seja obrigatório para crianças e adolescentes, a alfabetização tem sido falha. É preciso que a escola não se preocupe somente com alfabetização, mas também com letramento. Mas qual a diferença entre um e outro?

Alfabetizar é ensinar o aluno a reconhecer os símbolos da escrita, ou seja, reconhecer letras e números. Saber identificar esses símbolos é um processo chamado de decodificação, porque permite ao aluno entender o código da escrita da língua que fala. Como a nossa escrita é fonética, nossos alunos precisam identificar grafemas (grafia do som, no caso, escrever a letra) e fonema (som) e com eles formarem sílabas, palavras, frases, orações e textos.

A decodificação é entendida como alfabetização porque permite ao aluno entender o significado dos símbolos alfabéticos, enquanto nosso alfabeto é fonético (sons representados por letras) outros alfabetos podem ser silábicos ou ideográficos. O alfabeto chinês, por exemplo, é ideográfico, os símbolos não representam sons, como no nosso alfabeto, mas ideias, conceitos.



Imagem: invivo.fiocruz.br

Para ser alfabetizado, portanto, é necessário simplesmente conseguir entender os símbolos e organizá-los de modo a identificar a mensagem. Mas identificar uma mensagem não significa necessariamente compreendê-la. Para isso, é necessário que haja letramento por parte do leitor. Um aluno que aprende matemática, por exemplo, precisa ir além de identificar um número cardinal, ou ordinal, precisa saber usar esse conhecimento para resolver problemas, cálculos, equações.

O letramento acontece além da alfabetização, ele resulta da compreensão e do entendimento do que se lê, adquirindo através dessa leitura o conhecimento e a cultura. Ler e escrever não se resume a decodificar e copiar, é preciso que retire desse processo um conteúdo significativo. Vejamos na tabela abaixo as principais diferenças entre alfabetização e letramento:

	ALFABETIZAÇÃO	LETRAMENTO
Conceito	Alfabetização é o processo de decodificação, de identificação da leitura e escrita.	Letramento é a compreensão do conteúdo do que se lê e escreve.
Uso	Uso individual da língua.	Uso social da língua.
Indivíduo	Alfabetizado é o que identifica o código escrito e reproduz o mesmo	O letrado não só identifica o código, mas interpreta e compreende a mensagem passada através dele, conseguindo produzir conteúdo escrito e não só Reproduzir.
Atividades envolvidas	Codificar e decodificar a escrita e os números.	Produzir textos dos mais diversos gêneros textuais e interpretá-los. Usar os conhecimentos matemáticos em seu cotidiano.
Ensino	O professor ensina a ler o alfabeto e as funções a partir dele: sílabas, palavras, frases, orações e textos.	O professor ensina a compreensão, a interpretação, ajuda a entender a mensagem, discute, estimula a reflexão, o raciocínio lógico com os números, a aplicabilidade deles.

- **O Analfabetismo Funcional**

Quando um aluno não consegue entender o que lê, é chamado de analfabeto funcional. A palavra funcional vem do uso que se faz da alfabetização. O sujeito que consegue letramento consegue aplicar e diversificar o conhecimento adquirido através da leitura. Ele consegue aplicar os conteúdos matemáticos em

diversas situações teóricas e práticas. Consegue comentar e argumentar em cima de um texto lido. Consegue também, criar seus próprios textos.

Como já dissemos, há 30 anos as legislações específicas colocam a obrigatoriedade de toda a criança e adolescente em idade escolar frequentarem a escola de ensino regular. Mesmo os índices de analfabetismo caindo desde então, professores começaram a identificar entre seus alunos a falta de letramento. Apesar do esforço da escola, os números não têm mudado muito nos últimos anos em relação à queda do analfabetismo funcional.

Para se resolver esse problema, no entanto, precisamos continuar focados na alfabetização e no que deriva dela. Através da melhora na qualidade do ensino, principalmente da alfabetização, se irá formar uma geração mais letrada. Para que isso seja alcançado a escola não pode mais se ater apenas ao método tradicional de ensino. Ela precisa se atualizar, adotar novas tecnologias e pedagogias mais ativas, que dão maior significado e aplicabilidade aos conteúdos ensinados.

O método tradicional, amarrado à cartilha, prioriza o ditado, a cópia da lousa, a repetição automática dos vocábulos, das letras e das sílabas, sem qualquer aplicabilidade, ou qualquer contextualização das palavras aprendidas. A aprendizagem se torna, portanto, mecânica, sem significado. Com esse método, o aluno não aprende a usar a língua, não lhe dá funcionalidade, daí se torna um analfabeto funcional.

- **A Importância do Contexto Sociocultural no Letramento**

O aluno precisa, desde cedo, olhar para a leitura e a escrita como um instrumento de transformação social, ele precisa usar seu aprendizado para obter prazer, conhecimento e habilidades. Ao alfabetizar, a escola deve promover o letramento do aluno, que é dar a ele a linguagem como ferramenta, apresentando todas as possibilidades de uso da língua. A escola brasileira não pode ser engessada e padronizada porque nossa diversidade cultural é muito grande e essa diversidade deve estar presente no ensino, como está presente na escola. Isso é contextualizar o ensino, algo indispensável atualmente.

Uma escola não pode ignorar a bagagem cultural, histórica e social que seu contexto lhe fornece, pois assim estaria ignorando seu próprio aluno. Para que esse aluno depreenda significado de sua aprendizagem ele precisa se identificar com a escola, e essa identificação é promovida por ela, através da grade curricular, das atividades pedagógicas, dos eventos, etc.

O problema do analfabetismo funcional, da falta de letramento não se resumem às questões didáticas e metodológicas, mas sim a um uso social da alfabetização. Um método de alfabetização que soube usar o contexto sociocultural em suas aulas foi do educador Paulo Freire. Ele elaborou um método no qual as experiências de vida dos alunos, seu trabalho, seu contexto social, servem de base para uma lista de palavras **geradoras** de outras palavras.

O método de Paulo Freire foi aplicado pela primeira vez em Angicos, no sertão do Rio Grande do Norte, em 1963. Antes de iniciar a alfabetização, Freire passou um período nessa região, conhecendo seus alunos, que eram 300 cortadores de cana-de-açúcar. Aplicado o método, ele alfabetizou esses trabalhadores em 40 horas de aula, durante 45 dias, sem cartilha (BECK, 2016).

Paulo Freire defendia um método de alfabetização que fosse além da decodificação da escrita. Para ele, a linguagem escrita seria um instrumento de comunicação poderoso, pelo qual o indivíduo acessa ao conhecimento acumulado pela humanidade e através dele consegue a oportunidade de interação e de integração social. Ou seja, Paulo Freire não queria somente promover a alfabetização, mas o letramento (BECK, 2016).

Freire criticava o método tradicional e conservador de ensino, o qual chamava *Método Bancário*, porque se acreditava que o ensino era uma simples transferência de saberes de uma pessoa para outra. A educação para ele não era algo automatizado e frio, era algo social, com caráter libertador. Ao adquirir o letramento, o aluno poderá ampliar seu conhecimento e usar o mesmo para conquistar o que deseja. O letramento, portanto, é um bem fornecido pela escola que ficará para sempre com seus alunos, ajudando-o em suas explorações sociais.

CAPÍTULO 2 – POR QUE SURTIU A PALAVRA LETRAMENTO?

Ao longo desses 24 anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a LDB, percebemos que a frequência obrigatória das crianças e adolescentes no ensino regular contribuiu para a queda nos índices de analfabetismo. Porém, um problema tem sido identificado entre os alunos da Educação Básica, o *analfabetismo funcional*. Esse problema é caracterizado pelo fato de o aluno não conseguir compreender plenamente o conteúdo dos textos que lê. É um problema de letramento.

Como estudamos no capítulo anterior, o letramento deve ser oferecido em conjunto com a alfabetização. Mas como surgiu esse termo? Aparentemente, a palavra foi usada pela primeira vez em 1986, pela autora Mary Kato, no livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”. Em 1995, Angela Kleiman usou o termo no título de seu livro “Os significados do letramento”. O surgimento dessa palavra está relacionado à falta de um termo próprio para designar um fenômeno que fazia parte do cotidiano escolar: a falta de entendimento do que se lê (GRANDO, 2012).

As autoras Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, importantes nomes da área de alfabetização, já haviam alertado para a falta de contextualização e de significação na prática alfabetizadora em sala de aula. Ser alfabetizado, como elas afirmam, significa dominar o uso da leitura e da escrita, ou seja, ser um sujeito letrado. Apenas decodificar o código da escrita não seria suficiente para obter esse letramento, portanto, as autoras propõem uma reflexão sobre o processo de alfabetização, que deve proporcionar ao aluno esse domínio da linguagem (GRANDO, 2012).

Seria mais óbvio usar a palavra Alfabetismo, para se contrapor ao Analfabetismo, já que o prefixo A significa negação, falta de algo, porém, embora alfabetismo tenha sido usado em algumas obras, ainda faltava uma palavra que carregasse um significado mais adequado ao que realmente significa dominar o uso da língua e seus códigos. Essa palavra precisava representar um processo que ia além de alfabetizar, representava algo mais amplo (GRANDO, 2012).

Nos meios acadêmicos, a palavra *letramento* começou a ser usada para expressar um uso social da língua, um processo que fornecia ao aluno instrumentos para intervir na realidade e de enxergá-la de modo mais efetivo. O *letramento* se referia às competências que iam além de identificar um código, significava usar a língua para muitas necessidades, como a comunicação, a obtenção de conhecimento, o desenvolvimento de outras habilidades, o discurso social, a argumentação, entre outras.

Etimologicamente, letramento seria uma tradução da palavra inglesa *literacy*, que define a condição de ser letrado. No Brasil, a palavra **letrado** sempre foi usada para identificar uma pessoa culta, erudita, versada em letras. Na escola, porém, não usamos letramento nesse sentido, mas algo relacionado à compreensão do texto e do contexto.

Assim como na língua inglesa (e a palavra *literacy*), usamos a palavra *letramento* como algo relacionado a uma habilidade de usar e desenvolver a linguagem, escrita e oral, em diversas situações e contextos, de forma adequada. Não se deve, porém, reduzir a aplicabilidade do termo às áreas educacionais. O letramento é algo que ultrapassa os limites da sala de aula, é um processo histórico-social.

A sociedade que desenvolve e faz bom uso do letramento alcança o esclarecimento, o progresso e cria bens culturais que geram reflexão em seus cidadãos. Um povo esclarecido não se deixa condicionar e dominar, nem materialmente, nem intelectualmente. O *letramento* também traz o desenvolvimento das ciências, que estimulam todos os setores da sociedade. Além de tudo isso, o cidadão letrado irá buscar sempre transformar sua realidade em algo melhor, promovendo o bem-estar dos seus e dos outros.

A função da escola na aquisição do letramento, então, se torna fundamental. É na escola que o aluno adquire e desenvolve habilidades e competências relacionadas ao uso da língua oral e escrita. A escola precisa, portanto, gerar situações de uso para o que o aluno aprenda em suas leituras, em suas aulas, criando práticas pedagógicas significativas e contextualizando os conteúdos. O ambiente escolar é onde se treina para usar o letramento em situações sociais.

A definição do termo letramento parece então algo bem complexo, e o é. O termo pode ser usado em contexto escolar e social, pode estar relacionado aos hábitos culturais, aos aspectos familiares, enfim, as habilidades linguísticas adquiridas e desenvolvidas com o letramento são muitas e com muitas possibilidades de prática. Analisando o contexto social do Brasil atualmente, percebemos que o letramento é algo que bem poucas pessoas alcançam, e isso pode ser identificado através das seguintes situações, nas quais as pessoas:

- ✓ Não conseguem entender os enunciados, como questões de prova, títulos de notícias, frases, propagandas;
- ✓ Interpretam erroneamente o que leem, não conseguindo depreender o significado da mensagem, nem a intenção do interlocutor;
- ✓ Possuem inabilidade de se expressar através de palavras, sejam escritas ou orais;
- ✓ Tem um bloqueio na escrita, não conseguindo produzir textos;
- ✓ Não tem capacidade argumentativa;
- ✓ Tem um entendimento superficial dos conteúdos a que têm acesso.

A realidade de muitos brasileiros é essa. E isso acontece porque junto com a alfabetização não lhes foi oferecido o letramento. Soares (2009, p. 58, *apud*

Grando, 2012) afirma que “ em realidades de países como o nosso, o contato com livros, revistas e jornais não é, ainda, algo natural e acessível, portanto, a realidade de alguns contextos de nosso país não contribui para a formação de sujeitos letrados. ”

Sobre o uso do termo letramento, existem atualmente, duas posições teóricas: a que considera os processos de alfabetização e letramento de forma separada; e a que defende que o letramento deve ser parte do processo de alfabetização. Essa última posição é defendida por Emilia Ferreiro e é a que tomamos como a mais sensata. A escola, para oferecer o letramento, precisa trabalhar junto a aquisição da depreensão do código escrito.

Emilia Ferreiro e Ana Teberosky defendem um processo de alfabetização (e de aprendizado, de modo geral) que considere a realidade e o contexto social do aluno e da escola, e que utilize conteúdos significativos para os mesmos. Como corretamente elucida Grando (2012, p. 7): “As autoras também questionavam a utilização de textos artificiais no processo de alfabetização, defendendo o uso de textos reais, que fizessem parte do contexto das crianças e pudessem, desta forma, propiciar aprendizagens significativas. ”

Para essas autoras, a criança precisa olhar para a língua como algo que a represente e ao mesmo tempo sirva para expressar seus pensamentos e sentimentos. Se um aluno enxerga sua língua como algo difícil, inacessível e sem condições de uso, é porque a escola falhou com ele no sentido de promover o desenvolvimento da habilidade linguística.

Concluindo, o termo letramento é algo recente no contexto educacional e surgiu para definir um processo que vai além do ato de alfabetizar. Envolve questões históricas, sociais e culturais e está relacionado ao desenvolvimento e aquisição de habilidades que tornam o sujeito apto para entender sua realidade, questioná-la e modificá-la. A escola precisa oferecer o letramento em conjunto com a alfabetização, contextualizando seus temas e seus conteúdos e criando situações de uso da língua oral e escrita.

CAPÍTULO 3 – COMO A ESCOLA LIDA COM O CONTEXTO SOCIAL

Desde muito cedo, a criança começa a perceber que faz parte de um grupo social, a família, e que este grupo pertence a algo maior, a sociedade. Ao iniciar sua vida escolar, a criança vivencia experiências de sociabilidade e aprende a lidar com as primeiras questões sociais, já que a escola reflete e representa a sociedade na qual está inserida. Como parte representativa dessa sociedade, portanto, a escola tem uma função social importante: a de formar os futuros cidadãos. E como a escola tem cumprido esse papel social? É o que estudaremos neste capítulo.

A escola é uma instituição social que tem a tarefa de tornar o conhecimento acessível a todos os cidadãos. Precisamos lembrar aqui que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 garantem o ensino básico a todas as pessoas, independentemente de estarem em idade escolar ou não. Sendo assim, a escola deve estar preparada para ensinar, para educar de forma integral todos que procurarem seus serviços.

Ao mesmo tempo que essa diversidade de público se apresenta como uma vitória da educação, também toma a forma de um desafio. Ensinar a todos, com suas diferenças socioeconômicas, culturais e intelectuais, é ao mesmo tempo uma ação de responsabilidade social e uma ferramenta de progresso. Por outro lado, a escola ainda se adapta a esse processo. Não é fácil ensinar um mesmo conteúdo em uma sala de aula onde os ritmos de aprendizagem e as formas de absorção de conhecimento são variáveis.

Isso tem levantado uma discussão entre a sociedade e os educadores: a escola teria a função de promover esse desenvolvimento integral, que abrange a parte emocional, psíquica, física, cognitiva? Ou sua função seria mais tradicional, de apenas ensinar os conteúdos acadêmicos e pedagógicos? A resposta é mais complexa do que aparenta. O fato é que mesmo que a escola se exima de formar o aluno em outros aspectos que não sejam os acadêmicos, ainda assim, ela terá que considerar esses aspectos. Isso porque não se concebe atualmente um processo de ensino-aprendizagem que não leve em conta aspectos cognitivos e emocionais, no mínimo.

As pesquisas teóricas da área de educação têm demonstrado, nas últimas décadas, que existem vários fatores envolvidos na aprendizagem humana, não só o mental. Para adquirir o conhecimento de forma mais efetiva, o indivíduo não pode estar passando por um desequilíbrio físico, mental ou emocional, pois, embora consiga apreender algum conteúdo, não terá aprendido com todo seu potencial. Sendo assim, a escola precisa promover o bem-estar de seus alunos para que estes aprendam melhor.

Mas, e a formação social? Qual a responsabilidade da escola? Ora, se a escola representa a sociedade, exerce a função de preparar os futuros cidadãos, ela não pode se eximir da tarefa de prepará-los para o exercício da cidadania. Obviamente, isso não tira a responsabilidade dos pais de exercerem a mesma

tarefa, pois no caso de formação integral, tanto a família como a escola são coautoras desse processo.

Essa questão nos leva à formação de valores e princípios sociais e éticos. Quando se trata de moralidade, estamos falando de costumes, de comportamentos individuais e que variam de pessoa para pessoa, de família para família, entre as religiões e outros grupos culturais. Então, a moralidade é mais responsabilidade da família do que da escola. Porém, quando pensamos na ética, que é uma formação de princípios universais de conduta, que interferem nas relações sociais e no equilíbrio da sociedade, então temos uma responsabilidade maior da escola.

Pensando nessa responsabilidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), inseriram em seus volumes os Temas Transversais. Esses temas, têm como objetivo trabalhar temas do cotidiano do aluno dentro das disciplinas formais. A Ética, que comentamos a pouco, é um desses temas e deve ser discutida entre os conteúdos das disciplinas, em todas as séries de todas as etapas da Educação Básica. Por exemplo, se o professor leciona língua portuguesa, ao trabalhar com textos, deve selecionar alguns que levantem discussões éticas e/ou que descrevam princípios éticos universais.

Além da Ética, os temas transversais também incluem o tema Pluralidade Cultural. Esse tema é muito importante para se construir uma boa convivência na escola e na sociedade. Como comentamos aqui, a escola atualmente recebe uma grande quantidade de alunos, que vêm de diferentes contextos sociais e culturais. Um ensino significativo deve considerar essa bagagem que o aluno traz para escola, aproveitando suas vivências sociais e sua cultura.

A escola precisa conhecer a realidade do aluno e trazer essa realidade para suas disciplinas, assim, o tema sobre pluralidade cultural informa o professor sobre diferentes contextos e o ajuda a trabalhar com esses contextos em suas aulas. Assim, a formação integral do aluno para viver em sociedade exige a discussão de outras questões, por isso, temos, além da ética, os seguintes temas transversais:

- ✓ **Saúde:** tem como objetivo inserir nos tópicos das disciplinas questões relacionadas ao autocuidado, ao bem-estar físico e mental, à higiene, etc.;
- ✓ **Meio Ambiente:** um tema que vem preocupando as novas gerações e que deve ser discutido na escola, em todos os níveis, explorando as informações e os estudos das diferentes áreas de conhecimento em relação à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental;
- ✓ **Orientação Sexual:** a diversidade sexual é um tema atual e que precisa ser colocado na escola, mostrando ao aluno as formas de cuidar de sua saúde e de sua vida íntima. É preciso que se trabalhe questões como

responsabilidade afetiva, respeito às diferenças e violência, para prevenir que mais mortes ocorram por intolerância;

- ✓ **Tema Local:** o tema local é uma oportunidade para a escola explorar seu contexto cultural e social. Se for uma escola rural, por exemplo, pode-se trabalhar com questões relacionadas ao meio físico, à cultura, como a música e as festas. A escola pode inserir em seus eventos festas e comidas típicas regionais, danças, trajes. Na sala de aula, o professor pode trazer questões pertinentes à cidade, ao bairro da escola, ou descrever aspectos históricos, culturais e/ou sociais.

Assim, percebemos que existem propostas curriculares para que a escola trabalhe seu contexto social e desenvolva nos alunos a responsabilidade por esse contexto. Ao frequentar a escola, o aluno leva seu saber histórico-social e o coloca em contato com outros saberes, ampliando seu conhecimento e suas ferramentas de inserção social. Isso foi descrito de forma eficaz pelo psicólogo russo Lev Vygotsky.

Segundo Vygotsky, a criança vai absorver todo o conhecimento social e histórico do meio em que vive, através da linguagem e da interação social. A cultura e o contexto histórico são produtos importantes na teoria de Vygotsky, produtos estes responsáveis pela aquisição de conhecimento e reprodução do mesmo. O homem, segundo ele, se torna humano em contato com a humanidade (VYGOTSKY, 2002).

O aluno é um ser histórico, ele não chega à escola como uma folha de papel em branco, ao contrário, traz muita bagagem e conteúdo, construídos com sua família, sua comunidade e com a sociedade em que vive. O professor precisa analisar esse conteúdo antes de iniciar qualquer processo de ensino (VYGOTSKY, 2002).

O conteúdo escolar deve estar sempre relacionado ao contexto da escola e do aluno, caso contrário, não fará sentido. O contexto também servirá para troca de experiências, informações e dúvidas, pois para Vygotsky, não há aprendizado sem interação social. Nessa teoria de aprendizagem, então, a escola deve estar sempre atenta ao desenvolvimento da linguagem, do diálogo, da comunicação, para promover a troca de experiências, de vivências, sempre estimulando a socialização e a integração entre os alunos.

Vygotsky pensava em uma educação que considerasse o aspecto histórico da escola e que fornecesse ao aluno as possibilidades de intervir em seu contexto social. Nesse sentido, a educação libertadora de Paulo Freire também precisa ser citada. Focando o combate ao analfabetismo, Freire desenvolveu um método educacional que proporcionaria ao aluno instrumentos para transformar sua realidade. O próprio analfabetismo, para Paulo Freire, era uma herança da opressão e da exploração das pessoas mais pobres.

A educação deve dar ao sujeito as possibilidades de enxergar a exploração e de romper com a opressão da qual é vítima. Paulo Freire faz uma crítica à educação